Acórdão – Primeira Câmara

Processo: **26351**

Natureza: Processo Administrativo

Órgão: Prefeitura Municipal de Riachinho

Responsáveis: Marcus Antonius Cordeiro Corrêa, Prefeito à época; José Rodrigues Costa, Vice-Prefeito à época; e Valmir Gontijo Ferreira, Prefeito em 2005

Exercício: 1994

Procurador: não há

Representante do Ministério Público: Glaydson Santo Soprani Massaria

Relator: Conselheiro em exercício Gilberto Diniz

Ementa: Processo Administrativo – Prefeitura Municipal – Preliminar – Houve a implantação do Sistema Integrado de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo desde fevereiro de 2005 e os Relatórios do Controle Interno passaram a integrar as Prestações de Contas Anuais enviadas a este Tribunal – Não aplicada qualquer penalidade pecuniária ao gestor no exercício de 2005, apesar de não ter se manifestado no processo – Mérito – Foram adotadas as medidas para a execução da decisão proferida no processo, consoante informação do Ministério Público junto ao Tribunal (fl. 393) – Arquivamento dos autos, sem prejuízo da providência preconizada no inciso IV do art. 32 da Lei Complementar nº 102/08.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de n. **26351**, relativos ao Processo Administrativo decorrente de Inspeção realizada na Prefeitura Municipal de Riachinho, referente ao exercício de 1994, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, preliminarmente, em não aplicar qualquer penalidade pecuniária a Valmir Gontijo Ferreira, gestor no exercício de 2005, apesar de não ter se manifestado no processo, haja vista que houve a implantação do Sistema Integrado de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo de Riachinho, desde fevereiro de 2005, e que os Relatórios do Controle Interno passaram a integrar as Prestações de Contas Anuais enviadas a este Tribunal até o último exercício de 2009, conforme pesquisa realizada no SIACE/PCA; e, no mérito, em determinar o arquivamento dos autos, uma vez que, consoante informação do Ministério Público junto ao Tribunal (fl. 393), foram adotadas as medidas para a execução da decisão proferida no presente processo, sem prejuízo da providência preconizada no inciso IV do art. 32 da Lei Complementar nº 102/08.

Plenário Governador Milton Campos, 14 de dezembro de 2010.

ANTÔNIO CARLOS ANDRADA
Presidente

GILBERTO DINIZ
Relator

Fui presente:

CLÁUDIO COUTO TERRÃO
Procurador do Ministério Público
junto ao Tribunal de Contas